

Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia Municipal

...

O exercício de funções, públicas e outras, designadamente de funções autárquicas, é, contrariamente ao que a maioria das pessoas pensa, exigente, implicando por parte de quem as exerce uma predisposição de serviço público, exercido sempre no sentido da salvaguarda dos legítimos interesses das populações que se representa, da salvaguarda das referências intrínsecas da coerência das decisões, dos valores consagrados nas vivências no íntimo das populações e, sobretudo pautadas por atitudes pró-activas em prol do desenvolvimento, da melhoria da qualidade de vida das pessoas e da consolidação e aumento do emprego, em suma, de DECISÕES CORAJOSAS.

A Freguesia da Vila de Arcozelo que eu represento neste fórum, é, indiscutivelmente, sede da maior actividade económica do concelho, responsável por muitas centenas de postos de trabalho directos e muitos milhares de outros indirectos. A indústria do Granito tem que merecer uma atenção muito especial do poder local instituído, por parte da Junta de Freguesia e do Município e não pode haver tibiezas na hora crucial da tomada de decisões. O refúgio em decisões hipócritas que por si só traduzem imaturidade e ausência de preparação política para enfrentar as decisões difíceis, são nefastas e redutoras e descredibilizam o poder político.

Quero com isto dizer, ou melhor, agradecer a V. Ex.^a Senhor Presidente da Câmara Municipal, a forma responsável como assumiu a defesa desta grande indústria da minha freguesia. A deliberação municipal que aprovou o pedido da Junta de Freguesia para a rectificação das áreas inscritas em declarações de interesse público municipal anteriormente emitidas, não só significa o respeito pela Junta de Freguesia enquanto órgão, como reflecte uma atitude responsável, corajosa, atenta às dificuldades, condicionalismos e complexidade que o processo de licenciamento de toda esta indústria enforma.

Qualquer outra decisão que não aquela que foi aprovada por maioria pelo seu executivo significaria um enorme retrocesso neste processo de ordenamento e licenciamento e porventura mais um atraso na consolidação de todo o processo, com consequências imprevisíveis para a economia local da freguesia e do concelho e essencialmente para a manutenção dos postos de trabalho actualmente existentes. Uma eventual postura de “não quero saber e tenho raiva de quem sabe”, de um “nim”, do refúgio numa tomada de posição confortável de declinação

de responsabilidades, seria uma enorme machadada na confiança que os empresários mantêm nas instituições locais, podendo mesmo, nestes tempos difíceis, levá-los a uma atitude menos empenhada na obtenção dos licenciamentos e consequentemente na consolidação de todo o processo inerente à extracção e transformação do granito.

Por tudo isto que referi, quero aqui deixar bem vincada, a minha congratulação pela decisão municipal e o meu agradecimento profundo a V. Ex.^a como primeiro responsável por ela.

As Feiras Novas são um sucesso irrefutável, mas algumas vezes à custa do bem-estar das pessoas. E se é verdade que os moradores da Rua Formosa, da Rua Inácio Perestrelo não têm sossego durante os 3 a 5 dias de festa, a população da minha freguesia é igualmente afectada pelo trânsito caótico que a assola nestes mesmos dias. Acontece porém que eu penso que este desassossego pode ser evitado se houver em tempo útil um planeamento responsável pela organização do trânsito e do estacionamento e sobretudo pelo reforço policial que o assegure. Estou disponível para contribuir, em tempo útil para que seja encontrada a melhor solução.

A Ponte do Arquinho foi vandalizada e eventualmente estará ligada a este vandalismo a ausência de iluminação pública suficiente no local, insuficiência que é extensiva a toda a freguesia. É imperioso que a EDP, pressionada por V. Ex.^a, Senhor Presidente, faça rapidamente um levantamento exaustivo destas deficiências, que aliadas a outras como a falta de potência na linha, devem ser corrigidas a curto prazo.

Já aqui falei do “canudo”, monumento emblemático da Ponte de Ferreira, cuja responsabilidade é totalmente atribuída a ARH, que autorizou a travessia do Rio Labruja. No entanto, o impacto ambiental deste “monumento” poderia ser minimizado se a empresa Estradas de Portugal tivesse para com Ponte de Lima a mesma postura que tem, por exemplo, com Viana do Castelo, concelho onde aquela empresa promoveu alargamentos de várias pontes idênticas à da minha freguesia e as dotou de passadiços para trânsito de peões. Solicito a V. Ex.^a que mais uma vez dê nota deste comportamento discriminatório por parte da empresa Estradas de Portugal.

Tenho dito

Presidente da Junta de Freguesia da Vila de Arcozelo

(João Barreto)